

# Projeto de alunos da rede pública pede pena de morte

Pena de morte nos casos de homicídio e estupro, a não ser que se comprove a deficiência mental do acusado; prisão para os motoristas que atropelam pedestres por não respeitarem sinais ou limites de velocidade; punição de autoridades eleitas que não respeitaram o desejo da comunidade; policiamento nas portas das escolas para que não haja tráfico de drogas. Estas e muitas outras sugestões constam do projeto "A Constituição que queremos", elaborado por 350 alunos da 3ª à 8ª séries da rede pública municipal do Rio de Janeiro, e que será comparado ao projeto de Constituição que está em debate na Constituinte, no próximo dia 20, na II Assembleia Escolar Constituinte.

Ao lado destas questões, foram levantadas outras, como "o direito ao afeto", "reeducação dos pais, para que eles criem todos os filhos na base do diálogo e nunca da violência" e "instalação de quadras de esporte nos bairros, com a organização de torneios".

**Diferenças** — O projeto do relator Bernardo Cabral, no parágrafo 21, do artigo 5, diz sobre pena de morte: "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento." A pena de morte foi derrotada ainda na fase das subcomissões, apesar da defesa determinada do deputado Amaral Neto (PDS-RJ). Polêmica, a questão dividiu os estudantes. Por isso, eles incluíram no seu projeto a ressalva de que alguns alunos pediram como pena máxima a prisão perpétua.

Outros itens em desacordo com o projeto de

Cabral são os que se referem à reforma agrária e à representação política na sociedade. Os alunos querem simplesmente que os latifúndios acabem, sem maiores trâmites burocráticos. E são rigorosos ao estabelecer critérios de representatividade para os políticos. Por exemplo: "Os políticos não devem prometer aquilo que eles não têm certeza de poder cumprir"; "para representar bem o povo, os políticos devem ter humildade, franqueza e honestidade"; "os candidatos têm que sair do povo, e não ser gente rica que não representa a classe baixa".

O projeto dedica capítulos aos trabalhadores e "aos que sofrem preconceitos" — negros, índios, mulheres e idosos — e pede inclusão no currículo escolar do estudo da Constituição brasileira, direito de opinar e ser ouvido e representação política dos menores de idade na Constituinte. Para a II Assembleia Escolar Constituinte, serão escolhidos dez alunos, de cada um dos 24 distritos de educação em que se divide a rede escolar municipal, sendo que a Coordenadoria de Assuntos Educacionais e Culturais sugere que pelo menos dois sejam de grêmios estudantis.

Desde 1986, quando começou a discussão sobre Constituinte nas escolas, orientada por professores de moral e cívica, história e geografia, e realizada a I Assembleia Escolar Constituinte, calcula-se que o projeto tenha atingido a maioria dos cerca de 500 mil alunos da rede, segundo a Coordenadoria de Assuntos Educacionais e Culturais da Secretaria de Educação.

## Texto sobre finanças é preservado

BRASÍLIA — Numa articulação conduzida pelos deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) para preservar princípios definidos ainda na fase das subcomissões, a Comissão de Sistematização aprovou, sem modificação, o texto do relator Bernardo Cabral referente ao Sistema Financeiro Nacional. O capítulo prevê que o sistema financeiro será regulamentado pelo Congresso Nacional através de lei complementar, acaba com o comércio de cartas-patentes dos bancos e instituições financeiras entre pessoas jurídicas e permite que os bancos oficiais operem no mercado financeiro, nas mesmas condições dos bancos privados.

Com apoio do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) propôs que se desse ao Congresso o poder de fixar as taxas de juros através de lei complementar. Dornelles argumentou que "o Tesouro estaria numa verdadeira camisa de força patrocinada pelo Congresso e as leis do mercado não poderiam fluir naturalmente".